

ANEXO II

Projeto Político Pedagógico
Centro de Formação em Controle Interno
Coordenação de Promoção da Integridade
Controladoria Geral do Município de São Paulo

Sumário

Missão, visão e valores	4
Objetivo geral	4
Objetivos específicos	5
Atribuições do CFCI	5
Concepção do CFCI	5
Parcerias	6
Formação	7
Atividades de pesquisa	8
Principais linhas e eixos temáticos de atuação do CFCI	8
Diretrizes pedagógicas das atividades formativas	8
Educadores/as	8
Conteúdo	9
Metodologia ativa de ensino- Sala de aula invertida	9
Planejamento operacional do CFCI	17
Documentos para realização dos cursos/oficinas/palestras	17
Fluxo de trabalho	17
Referências	17

Missão

Ser uma instituição inovadora e de excelência por sua qualidade no ensino, relevância em pesquisas e inserção na sociedade, atuando no combate à corrupção, mediante o fortalecimento da integridade, da transparência, da eficiência e da eficácia na gestão pública, por meio da oferta de atividades de formação que contribuam para o incremento do conhecimento de agentes públicos e cidadãos.

Visão

Proporcionar aos alunos/as aprendizagem inovadora, visando o desenvolvimento de habilidades profissionais e pessoais, a partir de demandas internas e externas PMSP, com a utilização da tecnologia e instrumentos a serviço do desenvolvimento humano.

Valores

- Ética;
- Integridade
- Respeito;
- Inclusão;
- Transparência;
- Inovação;
- Cidadania;
- Responsabilidade socioambiental;
- Universalidade de acesso.

Objetivo geral

Promover o combate preventivo à corrupção e o aperfeiçoamento da Administração Pública mediante a formação de agentes públicos e cidadãos.

Objetivos específicos

- Proporcionar suporte acadêmico à Controladoria Geral do Município de São Paulo por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Tornar-se uma instituição certificadora a partir da promoção de cursos e capacitações que atuem no desenvolvimento de habilidades voltadas ao fomento de mecanismos preventivos de controle interno, instrumentos de integridade, boas práticas de gestão e participação e controle social;

- Realizar cooperação institucional com outras escolas de governo, universidades, órgãos da PMSF e outras instituições públicas e privadas;

Atribuições

Nos termos do art. 21 do Decreto Municipal nº 59.496, de 08 de junho de 2020, o Centro de Formação em Controle Interno – CFCI tem as seguintes atribuições:

I - Fortalecer mecanismos de controle interno e ações voltadas à integridade pública, por meio de mapeamento e disseminação de boas práticas de gestão;

II - Realizar estudos, análises e projetos sobre a integridade na Administração Pública Municipal;

III - Orientar órgãos e entidades sobre as ferramentas e instrumentos de integridade;

IV - Estabelecer diretrizes e métodos necessários à elaboração e implementação de planos de integridade de órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, monitorando as ações correlatas;

V - Organizar processos de formação continuada, recebendo sugestões e propostas das demais unidades da Controladoria Geral do Município;

VI – Oferecer cursos e demais atividades previstas na grade anual de capacitação.

Concepção do CFCI

O CFCI almeja ser uma escola de governo vinculada à Coordenação de Promoção da Integridade da Controladoria Geral do Município de São Paulo. O centro atuará especialmente em matérias de Controle Interno a partir dos programas de formação, mediante a realização de cursos, oficinas, eventos e grupos de estudos e/ou pesquisas. A escola de governo pretende atuar a partir da realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As atividades de ensino serão oferecidas por meio de plataformas online, que possibilitam implementar um modelo de ensino remoto, isto é, ministrado a distância, porém com a interação entre professor e aluno. Esse modelo visa atender um grande público-alvo, à medida que facilita a participação de todos os interessados, independentemente da localização geográfica, e ao mesmo tempo permite a aplicação de métodos participativos de ensino.

Além disso, serão criados grupos de estudo para aprofundamento teórico dos eixos temáticos de atuação do CFCI. Em 2021 iniciamos as reuniões do Grupo de Estudos da LGPD,

inicialmente formado pelos servidores/as da Coordenadoria de Promoção da Integridade/CGM que atuam com essa temática em suas respectivas divisões.

As atividades de pesquisa serão realizadas a partir de parcerias com grupos de pesquisa cadastrados na Plataforma CNPq e vinculados aos Programas de Pós- graduação Stricto Sensu vinculados a Universidades públicas e privadas que tenham linha de pesquisa com aderência temática às áreas de atuação do CFCI. Para divulgação e publicação dos resultados de pesquisa será lançada uma revista institucional da escola.

Para realização de suas atividades de formação, o CFCI contará com apoio de outras escolas de governo, bem como com a cooperação institucional de universidades a partir parcerias que possam contribuir para o fomento do ensino e da pesquisa em ambas as partes envolvidas.

As atividades de extensão serão realizadas por meio apoio a programas governamentais e políticas públicas voltados para participação da sociedade civil, que são promovidos juntamente com a Divisão de Fomento ao Controle Social da Coordenadoria de Promoção da Integridade da CGM, tais como o Programa Agentes de Governo Aberto.

Parcerias

O CFCI tem como objetivo atrair universidades, instituições de ensino e outras escolas de governo, com a finalidade de celebrar acordos e/ou parcerias para execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão. A cooperação consistirá na realização de ações integradas de interesse recíproco entre os partícipes com vistas à produção de conhecimento e ao aprimoramento de atividade de interesse público ou controle, nas seguintes medidas:

1. Promoção de atividades formativas, treinamentos e cursos voltados à capacitação dos agentes públicos municipais e/ou sociedade civil na modalidade síncrona ou assíncrona;
2. Estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisa visando complementar as ações desenvolvidas e a troca de experiências;
3. A realização de eventos que tenham como objeto a discussão de temas relacionados à integridade governamental;
4. Fomento e desenvolvimento da relação de cooperação entre os partícipes, por meio de programas e projetos específicos de interesse comum;
5. Extensão recíproca aos discentes de cada partícipe da possibilidade de participação em palestras, seminários, simpósios, encontros e eventos em conjunto;

6. Acesso a dados e documentos públicos (disponibilizados por meio da Lei de Acesso à Informação) que permitam o desenvolvimento de pesquisas em conjunto;
7. Divulgação conjunta dos partícipes, observada a política de comunicação de cada entidade.

Formação

Realização de capacitações, cursos, oficinas e eventos com o objetivo de desenvolver programas de formação destinados aos/as servidores/as e a sociedade civil.

1. Capacitação - Visa dar suporte a implementação dos programas e/ou projetos de governo, desenvolvendo habilidades para aprimorar o desempenho dos/as servidores/as em suas funções;
2. Curso - tem o objetivo de qualificar o desempenho profissional a partir do aprofundamento teórico sobre determinado tema.
3. Oficina - tem a finalidade de proporcionar uma vivência prática a partir da aplicação de instrumentos e da realização de atividades
4. Evento - atividade que visa reunir especialistas e interessados em determinadas áreas do saber para discussão de temas que atendam a preocupações comuns, com vistas à atualização e ao progresso da ciência.

Formação de servidores públicos

O programa de formação de servidores públicos tem por objetivo a qualificação dos servidores por meio do desenvolvimento de habilidades aplicadas nas ações de controle interno. Além de contribuir com a progressão de carreira do servidor, por meio dos processos de validação e certificação das atividades realizadas junto ao centro.

Formação de cidadãos

O programa de formação de cidadãos tem a finalidade de promover a participação qualificada da sociedade civil nas ações de controle externo da administração pública, por meio do oferecimento de cursos, oficinas e palestras de temas relacionados ao combate preventivo da corrupção.

Formação de educadores do CFCI

O programa de formação de educadores visa habilitar os professores e instrutores do centro na aplicação de metodologia ativa de ensino por meio de instrumentos participativos, que priorizam o desenvolvimento de habilidades no processo de ensino e aprendizagem.

Atividades de Pesquisa

O CFCI visa atuar como uma escola de governo que, através de atividades de ensino e pesquisa, em parceria com universidades, outras escolas e instituições públicas e privadas, possa contribuir com a formação de dirigentes mais qualificados, produzindo pesquisas que possam aprimorar políticas públicas. Sendo uma das missões do Centro de Formação em Controle Interno contribuir para a realização da Revista acadêmica Controle em Foco, atuando diretamente junto ao conselho científico e editorial nas tarefas de supervisão, definição das linhas editoriais e de seleção dos trabalhos a serem publicados nos volumes.

Diretrizes pedagógicas das atividades formativas

Educadores/as

O CFCI adotará como critério de qualificação dos educadores a experiência profissional, formação em nível superior, especialização e titulação (mestrado/doutorado) nas áreas vinculadas aos eixos temáticos do centro. O grau de formação acadêmica será avaliado de acordo com as necessidades de cada atividade de ensino.

São educadores/as do CFCI:

1. Instrutores: servidores/as públicas com experiência profissional na área da atividade de formação que será realizada;
2. Professores/as: servidores/as públicas e/ ou sociedade civil com especialização e/ou titulação (mestrado/doutorado) na área da atividade de formação que será realizada;

Conteúdo

Os cursos assíncronos serão organizados em módulos e cada módulo poderá conter:

1. Vídeo aula;
2. Material didático;
3. Atividade avaliativa.

Metodologia ativa de ensino

Métodos de ensino

De acordo com o Núcleo de ensino participativo da Fundação Getúlio Vargas, podemos citar alguns exemplos de métodos participativos que podem ser aplicados no modelo de “sala de aula invertida”:

<p>Leitura crítica A partir da leitura de documentos o aluno realiza atividades para desenvolver sua capacidade de análise, interpretação e compreensão.</p>
<p>Simulação Caracteriza-se pela criação de cenários que simulam a realidade e pela interação dos alunos a partir de seus diferentes papéis; visa prioritariamente levar o aluno a interagir, dentro do cenário, a partir do papel adotado.</p>
<p>Diálogo socrático O professor utiliza-se da argumentação dos alunos para leva-los, a partir de questionamentos, ao entendimento e reflexão sobre um conceito ou tópico específico.</p>
<p>Seminário temático. Aluno ou grupos de alunos pesquisam e apresentam um tema ainda não totalmente conhecido dos colegas; objetivo prioritário é informar e/ou completar e ampliar o conhecimento da turma sobre o tema; tipicamente é a atividade central da aula.</p>
<p>Seminário de leitura Aluno ou grupos de alunos apresentam texto já conhecido dos colegas; objetivo prioritário é sistematizar, problematizar e/ou criticar o texto, tipicamente, serve como atividade inicial da aula.</p>
<p>Aula expositiva Explanação é a ferramenta central, com perguntas eventuais dos alunos tendo como função primordial esclarecer aquilo que o professor quer passar.</p>
<p>Seminário de pesquisa Aluno ou grupos de alunos apresentam projeto de pesquisa acadêmica em andamento ou pesquisa já realizada; tipicamente conduz ao debate posterior com a turma.</p>
<p>Método do caso A partir das decisões proferidas em casos reais, o professor conduz o diálogo levando o aluno a desenvolver o raciocínio jurídico por meio da análise, interpretação e construção de argumentos jurídicos.</p>
<p>Debate O debate entre os alunos é a ferramenta central. O professor atua apenas na coordenação e supervisão do processo.</p>
<p>Problem-based learning A partir da análise de casos complexos (reais ou hipotéticos), que envolvem elementos jurídicos e não jurídicos, o aluno desenvolve a capacidade de elaborar formulações jurídicas que equacionem a situação apresentada.</p>
<p>Role- playing</p>

Aluno assume um papel, desenvolvendo, a partir dele, as atividades solicitadas pelo professor, visa prioritariamente levar o aluno a pensar os fatos e construir seus argumentos a partir do papel adotado.
Mapas -mentais Construção de diagramas para sistematização de informações e conhecimentos
Jogos Aplicação de dinâmicas em grupo ou individual, com uso de aplicativos ou não, que visam memorização do conteúdo ou apresentação de um tema.

Para realização das capacitações do CFCI, os métodos apresentados acima, serão organizados a partir do projeto pedagógico de cada capacitação (Anexo III).

Planejamento operacional do CFCI

Documentos para realização dos cursos/oficinas/palestras

1. Formulário de proposta e validação da atividade;
2. Formulário de inscrição e avaliação das atividades realizadas.

Fluxo de trabalho

- Estabelecimento de formulário para proposta e validação das atividades, com o objetivo de tornar o centro uma unidade certificadora;
- Cadastramento no SIGPEC e validação pelo Departamento de Gestão de Carreiras;
- Processos de inscrição e seleção;
- Acompanhamento e monitoramento das atividades promovidas;
- Avaliação das atividades para aprimoramento do CFCI;
- Divulgação contínua das atividades do CFCI.

Referências

- FEFERBAUM, Marina e KLAFKE, Guilherme. Metodologias ativas em direito: guia prático para o ensino jurídico participativo e inovador- São Paulo: Atlas, 2020, p. 116
- FRANCISCO ARANHA (São Paulo). Centro de Desenvolvimento do Ensino e da Aprendizagem. Sala de aula invertida. Ensino Inovativo: Tecnologia no ensino, São Paulo, volume especial, p.14-17, 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/ei/issue/viewIssue/3058/1206>>. Acesso em: 04 mar. 2019.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (São Paulo) (Ed.). Ensino jurídico participativo. Disponível em: <<https://ejurparticipativo.direitosp.fgv.br/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.